

SUMÁRIO

Parte I

Recomendações Iniciais, Relatório, Fundamentação e Dispositivo

1. CONCEITO E RECOMENDAÇÕES INICIAIS

- 1.1 Rascunho
- 1.2 Apresentação do texto
- 1.3 Tempo de prova, simulação e prática
- 1.4 Redação e linguagem apropriada
- 1.5 Abordagem jurídica dos pontos
- 1.6 Correta compreensão do enunciado
- 1.7 Referência à legislação e à jurisprudência

2. SENTENÇA: CONTEÚDO E CLASSIFICAÇÃO

- 2.1 Sentença *citra, extra e ultra petita*
- 2.2 Observações sobre comandos, determinações de sentença e cumprimento específico
 - 2.2.1 Constituição de capital
 - 2.2.2 Expedição de ofícios
 - 2.2.3 Aplicação de multa e tutela específica de ofício
- 2.3 Questões de ordem pública
- 2.4 Vedaçāo da sentença condicional
- 2.5 Sistema processual civil e a não possibilidade da sentença parcial
- 2.6 Sentença concisa
- 2.7 Capítulos da sentença

3. ESTRUTURA FORMAL DA SENTENÇA

- 3.1 Divisão da sentença em tópicos
- 3.2 Elementos facultativos: preâmbulo e ementa

4. O RELATÓRIO (ART. 489, I, DO CPC)

- 4.1 Conteúdo (passo a passo)
- 4.2 Relatório-padrão
- 4.3 Aspectos linguísticos do relatório
- 4.4 Situações peculiares

5. FUNDAMENTAÇÃO (ART. 489, II, DO CPC)

- 5.1 Forma de análise dos argumentos
- 5.2 Ordem e roteiro da fundamentação

- 5.3 Julgamento simultâneo**
- 5.4 Questões pendentes**
- 5.5 Julgamento antecipado da lide**
- 5.6 Hipóteses legais de falta de fundamentação – art. 489, § 1º**

6. QUESTÕES PRÉVIAS

- 6.1 Ordem e apreciação das preliminares**
- 6.2 Preliminares: abordagem e análise**
 - 6.2.1 Inexistência ou nulidade da citação**
 - 6.2.2 Incompetência absoluta e relativa**
 - 6.2.3 Incorreção do valor da causa**
 - 6.2.4 Inépcia da petição inicial**
 - 6.2.5 Perempção, litispendência e coisa julgada**
 - 6.2.6 Conexão e continência**
 - 6.2.7 Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização**
 - 6.2.8 Convenção de arbitragem**
 - 6.2.9 Ausência de legitimidade e interesse processual**
 - 6.2.10 Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar**
 - 6.2.11 Indevida concessão do benefício da gratuidade judiciária**

7. QUESTÕES PREJUDICIAIS

- 7.1 Prescrição**
- 7.2 Decadência**
- 7.3 Negócio processual**

8. QUESTÕES PONTUAIS DA FUNDAMENTAÇÃO

- 8.1 Nulidades: apontamentos e abordagem na sentença**
- 8.2 Fato superveniente**
- 8.3 Distribuição do ônus da prova**
- 8.4 Critérios de pensionamento**
- 8.5 Regamentos da reparação por danos morais**
- 8.6 Declaração de constitucionalidade**
- 8.7 Tutela de urgência**
- 8.8 Litigância de má-fé**

9. CÚMULO DE DEMANDAS E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- 9.1 Ações dúplices e pedidos contrapostos**
- 9.2 Reconvenção**
- 9.3 Ação declaratória incidental**
- 9.4 Oposição**
- 9.5 Nomeação à autoria**
- 9.6 Denunciação da lide**
- 9.7 Chamamento ao processo**
- 9.8 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica**

10. DISPOSITIVO (ART. 489, III, DO CPC)

10.1 Elementos do dispositivo

10.2 Início do dispositivo

10.3 Decisão dos pedidos mediatos e imediatos

10.4 Critérios de correção monetária e juros legais

10.5 Tabela de correção monetária e juros de mora aplicáveis nas condenações

11. QUANTIFICAÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E JUSTIÇA GRATUITA

11.1 Sucumbência e despesas processuais

11.2 Honorários advocatícios

12. PROVIDÊNCIAS FINAIS E FECHAMENTO

12.1 Forma de liquidação

12.2 Reexame necessário

12.3 Multa do art. 523 do CPC (antigo 475-j)

12.4 Traslado e encaminhamento de cópia da sentença

12.5 Baixa na distribuição

12.6 Publicação, registro e intimação das partes

12.7 Fecho ou fechamento

Parte II

Ações de Direito Público, Coletivas, Previdenciárias e Especiais

1. AÇÕES EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É PARTE

1.1 Aspectos gerais

1.2 Capacidade de estar em juízo

1.3 Intransmissibilidade da ação

1.4 Competência

1.5 Criação de juízos regionalizados.

1.6 Prescrição

1.7 Desistência da ação

1.8 Disposições finais da sentença

1.8.1 Juros e correção monetária

1.8.2 Juros e correção monetária nas ações gerais fazendárias

1.8.3 Juros e correção monetária nas ações de repetição de indébito

1.8.4 Juros e correção monetária na ação de desapropriação

1.9 Remessa necessária

1.10 Custas e honorários

2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2.1 Introdução

2.2 Legitimação

2.3 Objeto

2.4 A sentença em si

2.4.1 Preliminares

2.4.2 Prejudiciais de mérito

2.4.3 Mérito

2.4.4 Dispositivo

2.4.5 Providências finais

3. AÇÃO POPULAR

3.1 Aspectos gerais

3.2 Sentença

4. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

4.1 Introdução

4.2 Objeto

4.3 Preliminares

4.3.1 Incompetência relativa e absoluta

4.3.2 Conexão e continência

4.3.3 Indeferimento ou inépcia da petição inicial

4.3.4 Litispêndência

4.3.5 Coisa julgada

4.3.6 Convenção de Arbitragem ou Transação

4.3.7 Contraditório prévio

4.3.8 Intimação obrigatória

4.3.9 Carência de ação

4.4 Preliminares mais comuns em ações de improbidade administrativa

4.4.1 Litisconsórcio passivo necessário

4.4.2 Legitimidade do Ministério Público

4.4.3 Nulidade do inquérito ministerial por falta de contraditório e ampla defesa

4.4.4 Illegitimidade passiva

4.4.5 Da legitimidade passiva do servidor público inativo

4.4.6 Prescrição

4.5 Fundamentação

4.6 Dispositivo

4.7 Aplicação das sanções – Dosimetria

4.8 Provimentos finais

5. MANDADO DE SEGURANÇA

5.1 Histórico

5.2 Aspectos gerais

5.3 Hipóteses

5.4 Liminar

5.5 Sentença em si

- 5.5.1 Preliminares
- 5.5.2 Prejudiciais (mérito)
- 5.5.3 Mérito propriamente dito
- 5.5.4 Dispositivo e providências finais
- 5.6 Mandado de Segurança Coletivo

6. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

- 6.1 Introdução**
- 6.2 Preliminares
- 6.3 Mérito
 - 6.3.1 Prejudiciais ao mérito
 - 6.3.2 Mérito em si
- 6.4 Dispositivo
 - 6.4.1 Antecipação de tutela

7. AÇÃO MONITÓRIA

- 7.1 Definição e hipóteses de cabimento
- 7.2 Questões preliminares
- 7.3 Objeto
- 7.4 Procedimento
- 7.5 Sentença

8. AÇÕES POSSESSÓRIAS

- 8.1 Considerações iniciais
- 8.2 Questões preliminares
- 8.3 Procedimento
- 8.4 Sentença

9. AÇÕES DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

- 9.1 Introdução
- 9.2 Consignação proposta contra credor desconhecido
- 9.3 Consignatória em ações revisionais

10. EMBARGOS À EXECUÇÃO

11. EMBARGOS DE TERCEIRO

Parte III

Modelos de Dispositivos

1. MODELOS DE DISPOSITIVOS

- 1.1 Vara cível – competência residual
- 1.2 Juizados especiais cíveis
- 1.3 Vara de família

1.4 Vara de falência e recuperação judicial

BIBLIOGRAFIA